

A UTILIDADE DA TEORIA GRAMATICAL NA PRODUÇÃO DE TEXTOS FORMAIS ESCRITOS

Elisabeth Ramos da Silva

Programa de Mestrado em Lingüística Aplicada - Universidade de Taubaté (Unitau)

Rua Curaçao, 14, Vista Verde, São José dos Campos, CEP 12223-750, SP- Brasil

lis.ramos@uol.com.br

***Abstract.** This text presents a survey that intended to verify if the theoretical grammar constitutes useful knowledge for formal written text production. For so, we request professionals, whose activities demand formal writing, to answer a questionnaire whose questions were about the cognitive resources used when writing. We have verified that the learned grammar contents are used for language adequacy during text production. Such results indicate that the theoretical grammar must be in Portuguese language teaching.*

***Keywords:** theoretical grammar; Portuguese language teaching.*

***Resumo.** Este texto apresenta uma pesquisa cujo intuito foi verificar se a gramática teórica constitui um conhecimento útil para a produção de textos escritos formais. Para tanto, solicitamos a profissionais cuja atividade exige a escrita formal que respondessem a um questionário cujas questões versavam sobre os expedientes cognitivos utilizados durante a escrita. Constatamos que os conteúdos gramaticais aprendidos são empregados como critérios para a adequação da linguagem na produção textual. Tais resultados indicam que a gramática teórica deve constar no ensino da língua portuguesa.*

Palavras-chave. gramática teórica; ensino de língua portuguesa.

1. Introdução

Embora, segundo Prestes (2002), a discussão sobre o ensino de gramática esteja praticamente resolvida, pois atualmente o que se questiona é como se deve ensiná-la, alguns educadores ainda alegam que a gramática é de pouca utilidade para promover a competência comunicativa, por isso decidem excluí-la de seus planejamentos de ensino.

Ao contrário do que pregam tais professores, acreditamos que a teoria gramatical pode converter-se em um conhecimento útil, se for concebida como um saber que proporciona critérios de análise para a adequação da linguagem na produção de textos formais escritos. Aliás, é justamente por oferecer critérios que Travaglia (2003) advoga em favor da gramática teórica quando se deseja contemplar objetivos mais amplos, tais como o desenvolvimento da capacidade crítica. Assim, em vez de alijar tal conhecimento das aulas de língua portuguesa, é preciso rediscutir como ensinar a gramática, a fim de torná-la um instrumento de reflexão e de análise crítica na produção textual.

2. A decisão de ensinar (ou não) a gramática teórica

Conhecer os aspectos teóricos da língua portuguesa, sua gramática e seus usos, bem como ser hábil na revisão de textos quanto à adequação dos aspectos gramaticais exigidos pela norma-padrão constitui um dever para o professor de língua materna. A

discussão sobre o ensino de gramática na escola não isenta o professor de conhecer os conteúdos gramaticais necessários à sua atuação profissional (TRAVAGLIA, 2003). Aliás, a decisão de ensinar ou não gramática merece maiores reflexões. Por isso, antes de o professor posicionar-se contrário ao ensino da gramática teórica, convém inteirar-se de alguns pontos de vista que possivelmente trarão novas luzes a essa questão.

Em primeiro lugar, é preciso encontrar respostas para as seguintes questões: o estudo de gramática é de alguma utilidade ao aluno, ou se trata apenas de um componente cultural, tradicionalmente inscrito nos planos de ensino? É preciso aprender a língua que já sabemos?

Para responder a estas questões, é necessário considerar que o julgamento sobre a utilidade, ou não, do ensino da gramática teórica não deve ter como parâmetro a forma como os conteúdos gramaticais têm sido ensinados. A insistência na memorização das nomenclaturas e a obrigação de proceder à análise de frases construídas artificialmente para esse fim não têm, de fato, demonstrado resultados favoráveis. No entanto, isso não significa que o conhecimento da teoria gramatical não seja importante. É justamente nesse sentido que as contribuições advindas da Lingüística e da Lingüística Aplicada têm sido valiosas.

Certamente, é preciso que a gramática tradicional, comumente empregada no ensino fundamental e no ensino médio, seja complementada em suas lacunas, sobretudo no que se refere aos aspectos semânticos e pragmáticos/discursivos presentes nos textos. Nesse sentido, também Bechara (1998, p. 21) afirma que, tal como ocorre com qualquer outra opção metodológica, “a gramática de tipo tradicional também se insere nesse rol de disciplinas que necessitam de ser complementadas por não poderem resolver problemas que ultrapassam seus fundamentos e critérios”. Assim, cabe aos estudiosos promover os acréscimos que possam ser úteis ao ensino da língua.

Além disso, os conteúdos teóricos não devem ser apresentados aos alunos como baluartes do “falar certo”, o que implicaria uma atitude preconceituosa e discriminadora. Não é certamente tal ensino que estamos defendendo. Sabemos que urge efetuar mudanças para tornar útil a aprendizagem da gramática teórica, e que é preciso estabelecer interfaces entre esta e as teorias lingüísticas, mas isso não significa simplesmente excluí-la das aulas de língua portuguesa por receio de perpetuar o ensino tradicional. Conscientes de que é preciso não confundir a forma como a gramática tem sido ensinada com a sua real utilidade, passaremos a discorrer sobre as vantagens de se optar pelo ensino da teoria gramatical.

2. As vantagens do ensino da gramática teórica

Acreditamos que é dever da escola ensinar a norma-padrão para que o aluno seja capaz de adequar a sua linguagem segundo a exigência do contexto social. Esse, aliás, é um objetivo desejado por qualquer educador que visa à construção de uma escola democrática. Nesse sentido, também Neves (2003, p.157) afirma: “Ninguém há de dizer que assegurar um lugar para tratamento da norma-padrão na escola constitua manifestação de preconceito ou autoritarismo”.

Como sabemos, a produção de textos formais exige o conhecimento da norma-padrão, e esta difere da linguagem informal em vários fatores, sobretudo porque deve obedecer a regras preestabelecidas, que muitas vezes diferem das regras da gramática aprendida de forma intuitiva. Em outros termos, adaptar um texto à linguagem formal

exige *deliberação*, isto é, *escolhas conscientes*, julgamentos de sintaxe e de adequação dos termos empregados.

É por tais motivos que Vygotsky (1987, p. 86) afirma que “o estudo da gramática é de grande importância para o desenvolvimento mental da criança”. Essa afirmação justifica-se porque “As funções psicológicas superiores, principal objeto do interesse de Vygotsky, referem-se a *processos voluntários, ações conscientemente controladas, mecanismos intencionais*” (Oliveira, 1992, p.79, grifo nosso). Isso significa que as características principais das funções superiores são a *consciência reflexiva e o controle deliberado*.

A escola é o local apropriado para que o aluno exercite o controle deliberado e a atenção voluntária a aspectos que antes eram vistos de forma involuntária, o que pressupõe a crescente dependência de seus atos com o próprio pensamento. Da mesma forma, a memória mecânica vai se transformando em “lógica orientada pelo significado”, podendo-se dizer que “tanto a atenção como a memória tornam-se lógicas e voluntárias, já que o controle de uma função é a contrapartida da consciência que se tem dela”.(Vygotsky, 1987, p. 78).

Sabe-se que Vygotsky (1987, p.79) valorizava sobremaneira o papel da escola, julgando-a responsável pelo desenvolvimento dos conceitos científicos, pois estes constituem “o meio no qual a consciência e o domínio se desenvolvem [...] A consciência reflexiva chega à criança através dos portais dos conhecimentos científicos”.

Pode-se incluir nessas considerações o ensino de gramática. O autor reconhece que a criança aprende a língua materna e, conseqüentemente, sua gramática muito antes de ingressar na escola. No entanto, ele acredita que esse aprendizado é inconsciente, isto é, as construções frasais são realizadas de maneira espontânea, sem consciência reflexiva. A criança pode, por exemplo, utilizar vários tempos verbais; mas, se lhe pedirmos que conjugue o verbo que acabou de empregar, ela não saberá fazê-lo. Do mesmo modo, não será capaz de explicar por que utilizou determinadas construções sintáticas. Com o aprendizado da gramática, entretanto, aos poucos ela “aprenderá a usar suas habilidades *conscientemente*.”(VYGOTSKY,1987, p. 86, grifo nosso).

Tais considerações autorizam-nos a concluir que o ensino de gramática permite ao aluno adquirir consciência das próprias habilidades lingüísticas, podendo decidir deliberadamente quais construções sintáticas deseja utilizar. Ora, tal capacidade é inegavelmente importante, sobretudo quando se trata da produção de textos escritos formais, pois estes exigem desde o início uma atitude analítica, deliberada, um planejamento consciente, produto de uma ação intencional. E, uma vez que a escola não se pode furtar ao ensino da norma-padrão, e que tal aprendizagem traduz-se na aptidão para produzir textos que obedecem a regras (critérios gramaticais) preestabelecidas, acreditamos que se torna quase impossível empregar com segurança a norma-padrão unicamente a partir do conhecimento intuitivo.

Diversamente àqueles que se opõem ao ensino da gramática teórica, tais como Possenti (1999), acreditamos que ensinar a língua portuguesa implica também oferecer critérios confiáveis de análise, bem como favorecer a atividade consciente e crítica no manejo das regras da norma-padrão.

Por fim, podemos ainda recorrer a Richter (2003, p. 134), quando alude ao fato de o ensino de gramática contribuir indiretamente como um fator metalingüístico que facilitará posteriores aprendizagens: “Está demonstrado que alunos que recebem instrução gramatical ultrapassam os que não a recebem, tanto em termos de velocidade de aquisição quanto em termos de nível de competência atingido.”

É preciso ainda considerar que a estrutura de uma língua não é aprendida em curto prazo. Vygotsky (1989, p. 87) afirma que as curvas do progresso de aprendizagem e as das funções psicológicas que dele participam não são coincidentes. Para exemplificar tal consideração, o autor refere-se ao ensino de aritmética. Muitas vezes, as primeiras etapas da aprendizagem pouco acrescentam à compreensão da criança. No entanto, é possível que, na etapa seguinte, a criança consiga captar um princípio geral, o que lhe proporciona um desenvolvimento acentuado nesse momento. “A criança não aprende o sistema decimal como tal: aprende a escrever números, a somar e a multiplicar, a resolver problemas; a partir disso, algum conceito geral sobre o conceito decimal acaba de surgir.” O mesmo ocorre quando se trata do ensino de gramática.

Em síntese, o professor deve ministrar os conteúdos de forma sistemática, gradativa e articulada, estabelecendo a devida hierarquia segundo o nível de complexidade do assunto e as características dos alunos. Além disso, o aprendizado deve “fazer sentido”, pois o objetivo não é exercitar classificações alheias às reais necessidades para a produção escrita, mas sim favorecer a compreensão dos fatos lingüísticos, a fim de que o aluno possa manejar seu texto de forma consciente.

3. A pesquisa: descrição e resultados

Para verificar se a gramática teórica é útil para a produção de textos formais escritos, solicitamos a quinze profissionais da Universidade de Taubaté, cuja atuação exige bom desempenho na escrita formal, que respondessem a um questionário contendo sete questões que versavam sobre os expedientes cognitivos utilizados durante as produções escritas.

Para a primeira questão (“Em seu trabalho, ao escrever textos formais, você:”), estabelecemos as seguintes alternativas: a) “segue a intuição e a eufonia das frases (orienta-se pelo ouvido)?”; b) “tenta se lembrar das regras gramaticais aprendidas?”; c) “procura lembrar-se de leituras anteriores?”; d) “procura utilizar regras aprendidas e leituras anteriores?”.

Contatamos que a alternativa *a* foi escolhida por apenas um dos sujeitos pesquisados; a alternativa *b* foi assinalada por seis sujeitos; a alternativa *c* por apenas um sujeito e a alternativa *d* por sete sujeitos.

Se levarmos em conta que a as alternativas *b* e *d* dizem respeito à utilização de regras gramaticais, podemos concluir que treze sujeitos pesquisados utilizam a gramática teórica, sendo que, entre estes, sete sujeitos igualmente recorrem a leituras anteriores.

A segunda questão apresentava duas alternativas: “Em sua opinião: a) conhecer a gramática teórica é inútil, pois você não precisa lembrar-se das regras para escrever; b) conhecer a gramática teórica é útil, pois lhe dá segurança ao escrever”. Verificamos que os quinze sujeitos da pesquisa optaram pela segunda alternativa, evidenciando que todos acreditam na utilidade da gramática teórica.

A terceira questão indagava se o entrevistado gostaria de aprender mais conteúdos relativos à gramática, sendo-lhe oferecidas apenas duas alternativas: a) sim; b) não.

Verificamos que treze sujeitos optaram pela alternativa *a* (sim), e apenas dois preferiram a alternativa *b* (não).

A quarta questão tinha por objetivo investigar em que período da vida escolar pregressa lhes foram ensinados conteúdos gramaticais. As alternativas e os respectivos resultados foram: a) “A partir das primeiras séries do ensino fundamental.” (doze); b) “Apenas no ensino médio” (três); c) “Apenas no ensino superior.” (nenhum); d) “Nunca lhe ensinaram gramática teórica” (nenhum).

Tais resultados indicam que a grande maioria aprendeu a gramática teórica a partir do ensino fundamental.

A questão seguinte (“Você acredita que a gramática deve ser ensinada nas escolas?”) complementava a anterior, uma vez que pretendíamos verificar se o sujeito considerava desnecessário ter aprendido tais conteúdos em sua vida escolar. Foram-lhe oferecidas apenas duas alternativas: a) sim; b) não.

Constatamos que todos os sujeitos (quinze) optaram pela alternativa *a*, o que denota assentimento quanto à utilidade da gramática teórica.

A sexta questão (“Ao escrever, você tem o hábito de consultar gramáticas ou dicionários?”) oferecia igualmente duas alternativas: a) sim; b) não. Entre os sujeitos pesquisados, treze assinalaram a alternativa *a* (sim), e apenas dois optaram pela alternativa *b* (não). Isso significa que a maioria procura certificar-se da adequação do texto recorrendo à teoria como critério de análise.

Por fim, a sétima questão tinha por objetivo verificar qual era a atitude do sujeito diante de dúvidas gramaticais não resolvidas. Assim, perguntamos: “Quando há dúvidas relativas a algum aspecto gramatical, você: a) pede ajuda a alguém que conheça as regras?; b) recorre a outra gramática?; c) procura alterar a estrutura da frase?; d) segue apenas a intuição?”.

Verificamos que doze sujeitos optaram pela alternativa *a*, três preferiram a *b*, sendo que as demais alternativas não foram assinaladas. Assim sendo, concluímos que todos os sujeitos pesquisados procuram utilizar critérios científicos; ninguém utiliza a intuição ou modifica a frase para evitar construções inadequadas em textos formais. É interessante assinalar que, mesmo os sujeitos que optaram, na primeira questão, por alternativas que excluía a utilidade da gramática, na sétima questão afirmaram que solicitavam ajuda quando desconheciam a teoria. Tal contradição talvez indique que esses sujeitos utilizam a teoria gramatical apenas na revisão do texto, depois de escrevê-lo intuitivamente.

4. Considerações finais

Fundamentados em Vygotsky (1987), Ritcher (2003), entre outros, acreditamos que a gramática teórica é útil não só para o exercício da reflexão crítica, mas também para a competência lingüística, sobretudo no que se refere à produção de textos escritos formais. Tal parecer encontrou respaldo nos resultados da pesquisa realizada com profissionais que necessitam dominar a escrita formal. Com efeito, vimos que a grande maioria dos sujeitos pesquisados recorre aos conteúdos gramaticais aprendidos,

tornando-os critérios para a adequação de seus textos. Quando os aspectos gramaticais são desconhecidos, procuram sanar as dúvidas recorrendo a compêndios gramaticais ou a profissionais mais experientes. A chamada gramática intuitiva não lhes oferece segurança. Alguns tentam lembrar-se de textos lidos, mas não dispensam as orientações teóricas, talvez por isso sejam favoráveis ao ensino de gramática nas escolas.

Tais constatações, no entanto, não nos isentam da reflexão sobre como ensinar a gramática. Nesse sentido, estamos ainda tentando trilhar novos caminhos, mas contamos com o auxílio que nos é oferecido pelas teorias lingüísticas. O mais importante é não concluir precipitadamente que se trata de um saber ultrapassado, sem sentido e inútil. Cremos que, antes de decidir sobre o assunto, enfileirando-se entre os que são contrários ao ensino da gramática teórica, é necessário ponderar sobre sua real utilidade não só quanto ao desempenho atual dos alunos, mas também quanto às futuras demandas de produções escritas que lhes serão exigidas em suas atividades sociais e profissionais.

5. Referências

- BECHARA, Evanildo. Problemas de descrição lingüística e sua aplicação no ensino da gramática. In: VALENTE, André Crim (org). *Língua, lingüística e literatura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p.15-21.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Que gramática estudar na escola?* São Paulo: Contexto, 2003.
- OLIVEIRA, Marta Kohl de. O problema da afetividade em Vygotsky. In: LA TAILLE, Ives de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. *Piaget, Vygotsky, Walaon: teorias psicogenéticas em discussão*. São Paulo: Summus, 1992. p.75-84.
- POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996.
- PRESTES, Maria Luci de Mesquita Prestes. O ensino de gramática em uma perspectiva textual. In: Congresso Nacional de Lingüística e Filologia, 6, 2002, Rio de Janeiro, *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: UERJ, 2002. Minicurso. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/vicnlf/anais/caderno02-03.html>. Acesso em: 15 jul. 2004.
- RICHTER, Marcos Gustavo. Pedagogia de projeto: da gramática à comunicação. *Linguagem & Ensino*, Pelotas, RS, v.6, n.1, p.129-179, 2003.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática: ensino plural*. São Paulo: Cortez, 2003.
- VYGOTSKY, Lev Semenovich. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.